



## TERMO DE REFERÊNCIA

(Elaborado nos termos art. 6º, XXIII, da Lei Federal nº 14.133/21)

UNIDADE ADMINISTRATIVA SOLICITANTE		Gabinete da Presidência - GABPRES					
X	Serviços		Bens de Consumo		Bens Permanente	Obras / Serviço de Engenharia	Outros
OBJETO		SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS ATRAVÉS DE CARTÃO-COMBUSTÍVEL				PRAZO DE EXECUÇÃO	12 MESES

### 01 - DO OBJETO

(art. 6º, XXIII, a)

01.1. O objeto desse **TERMO DE REFERÊNCIA** é estabelecer parâmetros para a contratação de **SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS ATRAVÉS DE CARTÃO-COMBUSTÍVEL** (cartão magnético e chip) para atender aos veículos da Câmara Municipal, conforme especificações deste Termo de Referência e anexos.

### 02 - DA NATUREZA

(art. 6º, XXIII, a)

02.1. Trata-se de contratação cuja natureza do objeto é considerada como serviço e fornecimento contínuo, nos termos do inciso XV, do art. 6º, da Lei Federal nº 14.133/21.

### 03 - DOS QUANTITATIVOS

(art. 6º, XXIII, a)

03.1. As quantidades a serem adquiridas em função de consumo e utilização prováveis, acompanhadas das memórias de cálculo, foram elaboradas nos termos do inciso IV, do art. 18, da Lei Federal nº 14.133/21, são apresentadas no item 4 do **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, 4- **ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO**, no **Anexo I**.

### 04 - DO PRAZO DO CONTRATO / PRORROGAÇÃO / ALTERAÇÃO

(art. 6º, XXIII, a)

#### 04.1. DO PRAZO

- 04.1.1. O prazo para execução do contrato de serviço de abastecimento de veículos através de cartão-combustível dar-se-á num prazo máximo de **12 (doze) meses**;
- 04.1.2. Para fins de contagem de prazo contratual, o início da execução será a contar do dia seguinte do recebimento da **Ordem de Serviço**, conforme cronograma de etapas, item 10, d), 1 do **Estudo Técnico Preliminar (ETP)** - **Anexo I**;

#### 04.2. DA PRORROGAÇÃO

04.2.1. A duração do contrato poderá ser prorrogada, com as devidas justificativas, na forma prevista nos Artigos 105, 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/21, mediante Termo de Aditamento.

#### 04.3. DA ALTERAÇÃO

04.3.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, para acréscimo, supressão, entre outros, no que couber, na forma prevista nos Artigos 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/21, mediante Termo de Aditamento.

#### 04.3.1. DA ALTERAÇÃO PARA EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

##### a) REAJUSTE

- 1) Os preços relativos aos insumos, materiais e equipamentos do objeto deste contrato, no que couber, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento realizado pela Administração da CONTRATANTE poderão ser **reajustados** utilizando-se a variação do índice: **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
- 2) Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da **Contratada**. Caso a **Contratada** não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.
- 3) A solicitação de reajuste será respondida pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados do protocolo do pedido junto ao setor responsável pela análise.
- 4) O reajuste será formalizado por meio de Apostilamento ao contrato, caso aplicável.

##### b) REPACTUAÇÃO

- 1) NÃO será admitida a repactuação dos preços de contrato, por NÃO **tratar de contratação vinculada para os custos de mão de obra**, dispensando a observância de interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite para apresentação da proposta de preços pela licitante, quanto aos preços de mercado, e da data do acordo, da convenção coletiva ou do dissídio coletivo. A repactuação é espécie de reajuste.

##### c) REVISÃO

- 1) Poderá ser aplicada a REVISÃO às contratações para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em decorrência de fatores externos à relação contratual: em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado.
- 2) A Revisão será formalizado por meio de Termo Aditivo ao contrato, caso aplicável.

#### **05 - DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

(art. 6º, XXIII, b)

05.1. A presente contratação tem como finalidade a prestação de serviços de gerenciamento de sistema informatizado e integrado para abastecimento de combustíveis através de cartão-combustível (cartão magnético e chip), com a devida fundamentação, justificativas, requisitos, quantidades e especificações referenciadas no **Estudo Técnico Preliminar (ETP) - Anexo I**.

05.2. Ainda, a contratação é fundamentada pela necessidade de implantação de serviço gerencial, tornando possível almejar o alcance das seguintes vantagens:

05.2.1. Aplicação em todos os veículos frota, eliminando nesse caso, o uso de suprimento de fundos ou contratos individualizados com postos de combustíveis locais;

05.2.2. Extensão do horário de abastecimento, pois se poderá contar com uma rede de postos com abastecimento funcionando todos os dias da semana, ampliando o horário de atendimento;

05.2.

3. Flexibilidade do sistema de abastecimento pretendido, pois facilita o acesso a uma rede de serviços dispersa em diversos municípios do Estado;

05.2.4. Simplificação dos procedimentos e das rotinas de controle dos abastecimentos do sistema manual para informatizado, proporcionando agilidade nos procedimentos, obtenção de informações da frota em tempo hábil, via Internet, para tomada de decisões corretivas;

05.2.5. Redução de procedimentos administrativos, aumentando a transparência e a precisão das informações;

05.2.6. Modernização dos controles e redução do tempo de compilação e análise de dados;

05.2.7. Disponibilidade de um sistema de dados confiável, que facilita o controle e a fiscalização interna e externa.

## 06 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COM UM TODO

(art. 6º, XXIII, c)

06.1. A descrição da solução como um todo, na forma prevista no art. 18, VII da Lei Federal nº 14.133/21, é apresentada item 7 do **Estudo Técnico Preliminar (ETP) - Anexo I**.

## 07 - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(art. 6º, XXIII, d)

### 07.1. SUSTENTABILIDADE

07.1.1. Quanto a questão dos impactos ambientais, a **Contratada** deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade, inseridos agora nos princípios da aplicação da lei 14.133/2021, além de atender os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

### 07.2. INDICAÇÃO DE MARCAS / MODELOS

07.2.1. Na presente contratação não será prevista a indicação de marcas/modelos em razão do objeto da contratação.

### 07.3. SUBCONTRATAÇÃO

07.3.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto do objeto contratual.

### 07.4. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

07.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### 07.5. VISTORIA / VISITA TÉCNICA

07.5.1. Não haverá exigência de avaliação prévia do local para a prestação dos serviços uma vez que os mesmos serão prestados na sede da rede a ser credenciada pela licitante vencedora.

07.5.2. De acordo com o objeto, a avaliação prévia do local de execução dos serviços NÃO é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo, entretanto, facultado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, que poderá ser agendada de segunda à quinta-feira, das 08 horas às 16 horas.

07.5.3. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### **07.6. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

07.6.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da **Contratada** com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da licitação.

#### **07.7. CONSÓRCIO**

07.7.1. Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a VEDAÇÃO de participação de empresas em “consórcio” para a contratação em tela.

#### **07.8. ALOCAÇÃO DE RISCOS PREVISTOS E PRESUMÍVEIS**

07.8.1. A responsabilidade pelos ônus financeiros decorrentes de situações futuras e incertas - riscos que possam ocorrer depois da apresentação da proposta na licitação - definindo a condição de equilíbrio econômico-financeiro do contrato será gerenciada pela **Contratante**.

#### **07.9. TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

07.9.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente, o qual poderá ser a Nota de Empenho ou Ordem de Serviço.

#### **07.10. PERCENTUAL MÍNIMO MÃO DE OBRA**

07.10.1. Não será estabelecido o percentual, tendo em vista o objeto da contratação e que até o presente momento ainda não existe regulamentação municipal nem federal com relação ao percentual

### **08 - DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

(art. 6º, XXIII, e)

08.1. O modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos, deverá atender aos padrões mínimos de qualidade, de forma a permitir a seleção da proposta mais vantajosa.

08.2. Para atender aos resultados pretendidos, a execução do objeto deverá obedecer ao disposto no item 3.2 do **Estudo Técnico Preliminar (ETP) - Anexo I**.

### **09 - DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

(art. 6º, XXIII, f)

#### **09.1. REGRAS GERAIS**

09.1.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 7 e 117 da Lei nº 14.133/21.

09.1.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

- 09.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a **Contratada** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 09.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 09.1.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa **Contratada** para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da **Contratada**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 09.1.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações providenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.
- 09.1.7. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:
- 1) **Gestão da Execução do Contrato:** é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;
  - 2) **Fiscalização Técnica:** é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;
  - 3) **Fiscalização Administrativa:** é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;
  - 4) **Fiscalização Setorial:** é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e
  - 5) **Fiscalização pelo Público Usuário:** é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, como objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela **Contratada** e sua rede credenciada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.
- 09.1.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

- 09.1.9. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais.
- 09.1.10. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e poderá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a **Contratada**:
- 1) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades **Contratadas**; ou
  - 2) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 09.1.11. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à **Contratada** a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 09.1.12. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da **Contratada** a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 09.1.13. Em hipótese alguma será admitido que a própria **Contratada** materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.
- 09.1.14. A **Contratada** poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 09.1.15. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à **Contratada** de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 09.1.16. O representante da **CONTRATANTE** deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;
- 09.1.17. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência e seus anexos;

## **09.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

### **09.2.1. São obrigações do Contratante:**

- 09.2.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 09.2.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 09.2.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 09.2.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 09.2.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 09.2.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;



- 09.2.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Câmara Municipal, através da Coordenadoria Jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 09.2.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 09.2.1.9. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período;
- 09.2.1.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **09.3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 09.3.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
  - 09.3.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
  - 09.3.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;
  - 09.3.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);
  - 09.3.1.4. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
  - 09.3.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
  - 09.3.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
  - 09.3.1.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
  - 09.3.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro, a empresa **Contratada** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: **1)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social; **2)** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; **3)** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; **4)** Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e **5)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

- 09.3.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 09.3.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 09.3.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 09.3.1.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 09.3.1.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 09.3.1.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 09.3.1.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 09.3.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 09.3.1.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- 09.3.1.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 09.3.1.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 09.3.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 09.3.1.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 09.3.1.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

#### **09.4. DA FISCALIZAÇÃO**

- 09.4.1. As atividades de fiscalização de contratos a cargo do Fiscal de Contrato serão realizadas de acordo com as seguintes disposições:

<b>Fiscal do Contrato</b>	<b>Cargo / Função</b>	<b>Matricula</b>
Tiago Azevedo de Mendonça Gomes	Gerente Administrativo	813



- 09.4.1.1. Acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no contrato ou documento equivalente, para efeito de pagamento, conforme o resultado pretendido pela Administração.
- 09.4.1.2. Acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, podendo ser auxiliado pelo Gestor de Contrato.
- 09.4.1.3. Recebimento provisório do objeto do contrato.

## 09.5. DA GESTÃO DO CONTRATO

- 09.5.1. As atividades de gestão de contratos a cargo do Gestor de Contrato serão realizadas de acordo com as seguintes disposições:

Gestor do Contrato	Cargo / Função	Matrícula
Nikelle Junger Gava	Gestor de Contratos e Pagamentos	1080

- 09.5.1.1. coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial.
- 09.5.1.2. coordenação dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor competente para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, emissão de termo de atesto, dentre outros.
- 09.5.1.3. recebimento definitivo do objeto do contrato.

## 10 - DOS CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

(art. 6º, XXIII, g)

### 10.1. DA MEDIÇÃO

- 10.1.1. O controle da execução do objeto será efetuado pelos fiscais de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência e seus anexos.
- 10.1.2. As parcelas serão medidas a cada 30 (trinta) dias da execução, contadas a partir do início da prestação de serviços com a emissão da **Ordem de Serviço**.
- 10.1.3. Ao final de cada período de 30 (trinta) dias de execução os fiscais realizarão a totalização da medição para fins de controle e fechamento do período.
- 10.1.4. Ao final de cada período mensal, o Fiscal do contrato realizará a apuração do resultado das avaliações da execução do objeto e a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com previsto, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à **Contratada**, por meio da realização de glosas, registrando em relatório a ser encaminhado ao Gestor do Contrato.
- 10.1.5. Após a aprovação na medição, a Nota/Documento Fiscal será emitida pela **Contratada**, atestada pela fiscalização do contrato e será providenciado o pagamento da execução realizada no período.
- 10.1.6. O recebimento do objeto será efetuado pelos fiscais na forma prevista no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/21, sendo recebido:

1. Provisoriamente, no prazo de até 15 (quinze) dias ao final de cada período de faturamento, quando verificado pelo Fiscal o cumprimento das exigências técnicas/conformidade com exigências contratuais;
  2. Definitivamente, no prazo de até 60 (sessenta) dias após o recebimento provisório final, mediante termo que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 10.1.7. O aceite/aprovação do objeto pela Câmara não exclui a responsabilidade civil da empresa **Contratada** por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas no presente Termo de Referência.
- 10.1.8. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas.

## 10.2 - DO PAGAMENTO

- 10.2.1. A forma de pagamento do objeto dar-se-á **MENSALMENTE**, após aprovação pelos fiscais, em atendimento ao item 10.1 deste termo, mediante a entrada de documentos comprobatórios e demais disposições, devidamente processado e liquidado.
- 10.2.2. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 10.2.3. O prazo de pagamento será em período não superior a 30 dias, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, no que couber, na forma prevista do art. 141 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 10.2.4. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota/Documento Fiscal quando o órgão **Contratante** atestar a execução do objeto do contrato.
- 10.2.5. No caso de atraso pelo **Contratante**, os valores devidos ao contratado poderão ser atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-E de correção monetária.
- 10.2.6. A emissão da Nota/Documento Fiscal será precedida do recebimento do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento.
- 10.2.7. Quando houver glosa parcial do objeto, o **Contratante** deverá comunicar a empresa para que emita a Nota/Documento Fiscal com o valor exato dimensionado.
- 10.2.8. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota/Documento Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do contrato, caso aplicável; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 10.2.9. Havendo erro na apresentação da Nota/Documento Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.
- 10.2.10. A Nota/Documento Fiscal deverá ser acompanhada da Certidão Negativa de Débito relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).



10.2.11. A empresa vencedora entregará Nota/Documento Fiscal de execução do objeto com os dados da Câmara a seguir:

**“Câmara Municipal de Carapebus  
Praça da Matriz nº 19 - Centro - Carapebus - RJ  
CEP.: 27.998-000  
Inscrição Estadual: Isenta  
CNPJ: 01.635.780/0001-09”**

## **11 - DA FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

(art. 6º, XXIII, h)

### **11.1. DA FORMA DE SELEÇÃO**

- a) A forma como o fornecedor será escolhido, seja por uma das modalidades de licitação, seja por uma contratação direta nas hipóteses previstas na legislação, ocorrerá nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, por decisão do Agente de Contratação.
- b) Nos termos do item 5. g) do **Estudo Técnico Preliminar (ETP) - Anexo I**, caberá ao Setor de Compras (COMPRA) a realização de levantamento de mercado visando a identificação de empresas com atividade econômica compatível com o objeto a ser contratado, e, que apresentam, previamente, condições de atendimento, inclusive prazo, forma de execução e demais especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos.
- c) Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- d) Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- e) A atividade da empresa terá que ser compatível com o objeto contratado.

### **11.2. DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO**

- a) Os critérios de seleção são meios de diferenciar as propostas apresentadas e fazer sobressair a proposta mais vantajosa para a Administração, respeitando o princípio da isonomia entre os licitantes.
- b) O julgamento das propostas será realizado de acordo com os critérios previstos no art. 33 da Lei Federal nº 14.133/21.
- c) Caberá ainda ao Setor de Compras (COMPRA) a definição do Edital, no que couber, a previsão dos critérios de habilitação, critérios técnicos, critérios de aceitabilidade, critérios de julgamentos das propostas, critérios de desempate visando a escolha da proposta mais vantajosa.

### **11.3. DO REGIME DE EXECUÇÃO**

- a) O regime de execução será por **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total - na forma prevista no inciso XXIX do Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21.

#### **11.4. DA CLASSIFICAÇÃO E JULGAMENTO DOS ORÇAMENTOS/PROPOSTAS,**

**11.4.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante mais bem classificado, nos termos do Art. 62 e 63 da Lei Federal nº 14.133/21, na forma a seguir:**

**1) HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a) Cópia do Ato Constitutivo da empresa e suas alterações, caso couber
- b) Cópia da Carteira de Identidade e do CPF do responsável ou representante legal da empresa.

**2) HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

- a) Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa.
- b) Comprovante de regularidade perante a Fazenda federal ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) Comprovante de regularidade perante a Fazenda estadual ou outra equivalente, na forma da lei, do domicílio ou sede do licitante,
- d) Comprovante de regularidade perante a Fazenda municipal ou outra equivalente, na forma da lei, do domicílio ou sede do licitante;
- e) Comprovante de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- f) Comprovante de regularidade relativa ao FGTS que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- g) Comprovante de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT);
- h) Comprovante de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Declaração conjunta).

**3) HABILITAÇÃO TÉCNICA**

- a) Comprovação através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado ou certidão, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos, conforme § 5º, Art 67 da Lei Federal nº 14.133/21.

**4) HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (dispensada)**

**5) DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

- a) Declaração Conjunta, conforme modelo.
- b) Formulário Informativo, conforme modelo.
- c) Em caso de Contrato, deverá ser apresentado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), obtido através do endereço eletrônico <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes>

**11.4.2. A Administração Pública poderá requerer os documentos oficiais para dirimir quaisquer dúvidas e/ou emitir novos documentos em sites oficiais para confirmação de sua autenticidade.**

**12 - DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

(art. 6º, XXIII, i)

Tabela 4

item	Objeto	Qtde Veículos	Tipo de Combustível	Quantidade Estimada Litros/Mês	Valor Unitário Litro (R\$)	Valor Mensal	Nº de Meses	Valor Total - 12 Meses
A	B	C	D	E	F	G=(ExF)	H	I=(GxH)
1	Serviço de gerenciamento de abastecimento de veículos através de cartão-combustível	1	Gasolina	656	R\$ 6,79	R\$ 4.454,24	12	R\$ 53.450,88
TOTAL		1	-		-	R\$ 4.454,24	-	R\$53.450,88

12.1. A estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, tendo por base a QUANTIDADE ESTIMADA e das MEMÓRIAS DE CÁLCULO apresentadas no item 4 do **Estudo Técnico Preliminar (ETP) - Anexo I** correspondente, constarão de anexo após a pesquisa de preços de mercado a ser realizada pelo COMPRA, setor competente previsto na estrutura administrativa do Poder Legislativo.

12.2. O valor de referência definido, assim como a Análise Crítica dos Orçamentos, Mapa Comparativo, Cronograma Físico-Financeiro e demais documentos comprobatórios da pesquisa realizada, serão anexados posteriormente ao presente processo, pelo Setor de Compras.

12.3. Para efeito de pesquisa de preços para definição do melhor valor a ser praticado pela Administração Pública, sem prejuízo de outras ações adotadas pelo COMPRA, a Câmara Municipal tratará da seguinte forma:

**1. Do Orçamento:** São cotações apresentadas pelas empresas que serão utilizadas para a verificação dos preços referenciais de mercado a serem praticados na contratação da despesa de acordo com a modalidade licitatória.

**2. Da Proposta:** A proposta é a cotação das empresas participantes do processo licitatório.

12.4. O valor de referência será definido através das regras previstas no Art. 23 da Lei Federal nº 14.133/21 e da utilização, no que couber, das metodologias descritas na IN SEGES/ME nº 65/2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

12.5. Na avaliação do caso concreto, quando for verificada a possibilidade e da DECISÃO pela **CONTRATAÇÃO DIRETA**, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, observadas as normas aplicáveis ao §1º do Art. 75 relativas ao somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, serão adotadas as medidas previstas no item **11.4** deste Termo de Referência.

12.6. Caberá ao Agente de Contratação a decisão de que trata o item anterior, podendo ainda negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, nos termos do Art. 61 da Lei Federal nº 14.133/21.





### 13 - DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

(art. 6º, XXIII, j)

13.1. As despesas decorrentes das obrigações a serem assumidas são de fontes próprias e correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária do Exercício Financeiro de 2023:

- . FICHA ORÇAMENTÁRIA Nº: 15
- . PROGRAMA DE TRABALHO Nº: 01.001.001.122.2.2.804.
- . NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
- . FONTE: 1500

### 14 - DOS ANEXOS

14.1. Anexo I - Estudo Técnico Preliminar

Estado do Rio de Janeiro, Carapebus, em 04 de fevereiro de 2026.

Elaborado por:

**Tiago Azevedo de Mendonça Gomes**  
Gerente Administrativo  
Mat.: 813

Aprovado por:

**Nikelle Junger Gava**  
Gestora de Contratos e Pagamentos  
Mat.: 1080

Aprovado por:

**Riverton França Pinto da Silva**  
Vereador Presidente  
Ordenador de Despesa



**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)**

**SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS ATRAVÉS DE  
CARTÃO-COMBUSTÍVEL**

- 1- NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (O PROBLEMA A SER RESOLVIDO)
- 2- DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL
- 3- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
- 4- ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO
- 5- LEVANTAMENTO DE MERCADO (ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA)
- 6- ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
- 7- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO
- 8- JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO
- 9- DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS
- 10- PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO
- 11- CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES
- 12- IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS
- 13- POSICIONAMENTO CONCLUSIVO PARA CONTRATAÇÃO
- 14- MINUTA DE CONTRATO



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

O presente Estudo Técnico Preliminar-ETP tem como objetivo demonstrar a real necessidade que justifica a contratação, analisar a viabilidade técnica, bem como construir o arcabouço básico para elaborar o Termo de Referência. **A confecção do ETP segue as diretrizes e exigências contidas no art. 18 da Lei Federal nº 14.133/21.**

## SOLUÇÃO

**SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS ATRAVÉS DE CARTÃO-COMBUSTÍVEL**

1- <u>NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (O PROBLEMA A SER RESOLVIDO)</u>		<u>* Item</u> <u>OBRIGATÓRIO</u>
Inciso I, art. 18, Lei 14.133/21	I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;	

- a) A necessidade identificada e que originou a demanda da presente contratação tem como finalidade resolver o problema de abastecimento e gerenciamento de veículos oficiais e/ou registrados da Câmara Municipal.
- b) O problema está diretamente relacionado a ausência de disponibilidade de uma rede de postos credenciados que atendam em todas as localidades mencionadas neste ETP, imprescindível ao atendimento das atribuições, assegurando o deslocamento dos veículos em todas as regiões do Estado e demais Estados.
- c) A alternativa apresentada, com base na justificativa apresentada no item 5 deste ETP, demonstra atender ao problema em questão.

2- <u>DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL</u>		<u>Item</u> <u>NÃO</u> <u>OBRIGATÓRIO</u>
Inciso II, art. 18, Lei 14.133/21	II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;	

- a) A Administração não possui o Plano Anual de Contratações (PAC) formalizado, entretanto, esse tipo de contratação é alinhada as demandas necessárias e cotidianas do Poder Legislativo relativas a manutenção das atividades administrativas anuais.

3- <u>REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO</u>		<u>Item</u> <u>NÃO</u> <u>OBRIGATÓRIO</u>
Inciso III, art. 18, Lei 14.133/21	III - requisitos da contratação;	

### 3.1. REQUISITOS NECESSÁRIOS AO ATENDIMENTO DA NECESSIDADE

- a) A Contratada deverá preencher todos os requisitos de habilitação a serem definidos pelo Setor de Compras, setor competente previsto na estrutura administrativa do Poder Legislativo, em momento oportuno e de acordo com o tipo de contratação, assim como os requisitos mínimos previstos no item 3.2 a seguir.

### **3.2. PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE, DE FORMA A PERMITIR A SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA**

#### **3.2.1. DAS ESPECIFICAÇÕES PARA A SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA:**

1. Será considerada vencedora a empresa que apresentar a melhor proposta, atendendo as especificações e quantidades informadas no item 4 deste ETP;
2. Nas referidas propostas já deverão estar inclusas todas as despesas legais incidentes e as resultantes da prestação dos serviços. Admite-se Taxa de Administração negativa;
3. A Contratada deverá realizar a administração e gerenciamento de sistema informatizado e integrado de dados e despesas com abastecimento, mediante fornecimento de combustíveis proveniente de postos credenciados, de forma continuada, e por meio da utilização de cartões microprocessador (chip e/ou magnéticos) para atendimento da frota de veículos;
4. A Contratada deverá atender os veículos oficiais e/ou registrados da Câmara Municipal, assim como a outros que venham a ser adquiridos, substituídos, acrescidos à atual frota;
  - 4.1. São considerados **veículos oficiais** aqueles de propriedade da Administração pública, adquiridos pela Câmara Municipal e relacionados como bens patrimoniais do órgão.
  - 4.2. São considerados **veículos registrados** aqueles que estejam a serviço da Câmara Municipal por meio de convênio, contratos, cessões, comodatos, locação ou similares;
5. O abastecimento indevido de veículo não autorizado, cancelado ou bloqueado pela base operacional, se constatado, será considerada como falha do sistema e as despesas efetivadas serão suportadas pela empresa pela Contratada;
6. Os combustíveis a serem fornecidos deverão atender às especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo - ANP, conforme legislação em vigor;
7. A Contratada deverá credenciar apenas postos que estejam em conformidade com as normas pertinentes a atividade de distribuição e revenda de combustível e que estejam em situação regular junto a ANP;
8. A Contratada deverá fornecer sítio operacional para navegação, capaz de propiciar à gestão da frota, por meio do acompanhamento de todas as operações em andamento, para fins de fiscalização por parte dos servidores da Câmara Municipal;
9. A Contratada deverá responsabilizar-se inteiramente pela produção do sistema informatizado de gerenciamento de frota, incluindo, mas não se limitando, a equipamentos servidores, hospedagem das aplicações do sistema em sítio próprio,

manutenção das bases de dados, procedimentos de instalação, migração, backup, recuperação, segurança, treinamento a usuários finais, ambiente e softwares operacionais, e quaisquer outras atividades, softwares, hardwares ou serviços necessários à operação e produção plena do sistema em questão, com todas as suas funcionalidades previstas;

10. A Contratada deverá fornecer completo suporte de utilização e reparação do sistema, mantendo-o totalmente disponível, provendo meios de operacionalizá-lo, caso ocorra alguma falha ou indisponibilidade no sistema eletrônico;
11. A Contratada deverá realizar a entrega dos cartões magnéticos relativo a cada veículo na sede da Câmara Municipal de Carapebus – sito Praça Matriz nº 19, Centro, Carapebus, diretamente ao responsável pela Gerencia Administrativa, conforme cronograma de etapas, item 10, d), 1 do presente ETP;
12. O cartão do veículo deverá ser individual e viabilizar informações para o gerenciamento dos abastecimentos da frota da Contratante, em quantitativo suficiente ao atendimento da demanda;
13. A Contratada deverá substituir os cartões que tenham perdido a validade ou que apresentarem defeito que impeça a sua utilização ou, ainda, que tenham sido extraviados em, no máximo, 05 (cinco) dias úteis após a solicitação da Contratante, sem ônus adicional;
14. A Contratada deverá realizar o treinamento e a capacitação os servidores indicados pela Contratante a utilizar todos os recursos do sistema.

**3.2.1.1. DO SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS ATRAVÉS DE CARTÃO-COMBUSTÍVEL, deverá possuir no mínimo as funcionalidade e requisitos a seguir:**

1. Permitir operação pela Contratante e o cadastro de forma online de gestores com perfil e níveis da Câmara Municipal;
2. Permitir pagamento através de cartão individual e personalizado para cada veículo/equipamento, vinculando placa e tipo de combustível para cada veículo e cartão, bem como estabelecer parâmetros de controle a serem definidos pelo gestor da frota;
3. Possuir solução mobile (Android e IOS) que possibilite o gestor possa ter acesso de forma online aos seguintes parâmetros (associação de cartão reserva, solicitação de 2ª Via, liberar restrições, aumentar limite e liberar/bloquear produtos);
4. Permitir o cancelamento imediato do cartão, para os casos de perda/roubo, extravio ou outro evento informado pelo órgão;
5. Permitir o bloqueio de operação do cartão magnético que esteja fora dos parâmetros restritivos definidos pelo órgão;
6. Permitir o bloqueio automático de veículos no 31º (trigésimo primeiro) dia sem transacionar;



7. Permitir o bloqueio automático dos cartões após três tentativas negadas, sem que seja necessário que as tentativas tenham sido para o mesmo produto ou serviço;
8. Permitir a solicitação de 2ª (segunda) via de cartão no sistema;
9. Permitir alteração do responsável pela frota/veículos;
10. Assegurar que não possam ser abastecidos veículos que não estejam cadastrados na frota;

**3.2.1.2. DA REDE CREDENCIADA DE POSTOS PARA ABASTECIMENTO, deverá possuir no mínimo os requisitos a seguir:**

1. A Contratada deverá proporcionar abastecimento de combustíveis em postos de todo Estado do Rio de Janeiro, sem prejuízo das demais localidades necessárias em outros Estados durante a execução contratual, sendo preferencialmente os municípios a seguir:

**a) Municípios da Região Norte Fluminense (onde Carapebus está localizado) –**

Carapebus, Cardoso Moreira, Campos dos Goytacazes, Conceição de Macabu, Macaé, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra e Quissamã;

**b) Municípios no itinerário Carapebus x Rio de Janeiro (Capital do Estado) –**

Araruama, Casimiro de Abreu, Duque de Caxias, Iguaba Grande, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Rio Bonito, Rio das Ostras, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São Pedro da Aldeia, Saquarema, Silva Jardim e Tanguá;

2. A interessada que apresentar a proposta mais bem classificada deverá oferecer postos de abastecimento nos municípios e nas quantidades mínimas especificadas na Tabela 1 abaixo:

Tabela 1

Município	Quantidade mínima de postos de abastecimento
Carapebus	01
Conceição de Macabu	01
Campos dos Goytacazes	02
Macaé	02
Rio de Janeiro (região central)	02
Quissamã	01

3. A localização do estabelecimento de abastecimento, interlocal, deverá, sempre que possível, distar, no máximo, 30 km da sede do município de Carapebus e no máximo, 100 km entre si;
4. Caso haja solicitação de novos credenciados, a Contratada obriga-se a credenciar o posto de serviço solicitado;

5. O preço do litro de combustível será balizado no **preço máximo vigente no município onde ocorra o abastecimento**, conforme publicação da Agência Nacional de Petróleo (ANP), vigente no respectivo período e disponibilizado no sítio [www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br);
6. Os postos credenciados deverão fornecer, preferencialmente, os combustíveis, sendo: Gasolina e Etanol, podendo ser alterado com a devida justificativa e obedecendo aos preços da ANP;
7. A Contratada deverá acompanhar a divulgação dos postos autuados e/ou interditados pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), por problemas de qualidade do combustível fornecido, e divulgar imediatamente ao gestor do contrato formalizado com a Câmara Municipal;
8. Caso algum dos postos credenciados pela Contratada constar da relação divulgada pela ANP como autuados e/ou interditados, a mesma deverá providenciar o novo credenciamento, se necessário, para substituir o anterior no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

### 3.3. CONTRATAÇÃO DE CARÁTER CONTINUADO

- a) A contratação é considerada de caráter continuado, por estarem presentes os requisitos da essencialidade e da habitualidade, realizadas por mais de um exercício financeiro, de modo que sua interrupção pode comprometer o interesse público.

### 3.4. DURAÇÃO INICIAL DO CONTRATO

- a) A execução do contrato de serviço de abastecimento de veículos através de cartão-combustível dar-se-á num prazo máximo de **12 (doze) meses** ou então pelo esgotamento do quantitativo de combustível e valor contratado, valendo o que terminar primeiro.
- b) Para fins de contagem de prazo contratual, o início da execução será a contar do dia seguinte do recebimento da **Ordem de Serviço**, conforme cronograma de etapas, item 10, c), 1 do presente ETP;

4- <u>ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO</u>		<u>* Item OBRIGATÓRIO</u>
Inciso IV, art. 18, Lei 14.133/21	IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;	

### 4.1. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

- a) As quantidades estimadas, assim como as especificações são apresentadas conforme Tabela 2 a seguir:

Tabela 2

item	Objeto	Qtde Veículos	Tipo de Combustível	Quantidade e Estimada Litros/Mês	Nº de Meses	Quantidade e Estimada Litros/Total
A	B	C	D	E	F	G=(ExF)
1	Serviço de gerenciamento de abastecimento de veículos através de cartão-combustível	1	Gasolina Comum	660	12	7.920
TOTAL		1	-	660	-	7.920

- b) Diante da singularidade do objeto, ocasião em que poderá ter apenas um tipo de combustível no local de abastecimento, poderão ocorrer variações das quantidades dos diferentes tipos de combustíveis, respeitando, em qualquer hipótese, o preço máximo vigente no município onde ocorra o abastecimento, conforme publicação da Agência Nacional de Petróleo (ANP).

#### 4.2. MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES

- a) As técnicas quantitativas de estimação das unidades e das quantidades foram estimadas em função da utilização provável, tendo por base o histórico de consumo, é apresentada conforme metodologia na Tabela 3 a seguir:

Tabela 3

item	Qtde Veículo	Qtde Média Litros/Dia	Dias Estimados ao mês	Qtde Média Litros/Mês	Nº de Meses	Qtde de Litros Total
A	B	C	D	E=(CxD)	E	F=(CxDxE)
Combustível	1	30	22	660	12	7.920

- b) A presente metodologia foi estimada em média 60 litros de combustível por dia, 145.200 litros por mês, totalizando 1.742.400 litros no período de 12 meses, com a devida ressalva para o item 4.1 b) deste ETP.

5- LEVANTAMENTO DE MERCADO (ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA)		Item NÃO OBRIGATÓRIO
Inciso V, art. 18, Lei 14.133/21	V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;	

- a) Entendemos que uma solução possível para o problema de abastecimento de combustível poderia ser a contratação de fornecimento de combustível diretamente por empresa (posto de combustível), a exemplo de procedimentos anteriores e adotados em outros órgãos da Administração Pública;
- b) Ocorre que ao contratar um único posto, com localização fixa, a Administração não resolve o problema de abastecimento quando da ocorrência de deslocamentos para outros municípios, principalmente os demais que integram a região Norte Fluminense, onde Carapebus está localizada, ou em deslocamentos a Capital do Estado;
- c) Além disso, não resolve o problema de gestão, assim como quando ocorre a falta de combustível no único posto contratado, gerando paralização ou interrupção dos serviços públicos relativos ao Poder Legislativo que dependem da logística de transportes;

- d) Por outro lado, a contratação de serviços de gerenciamento de sistema informatizado e integrado para abastecimento de combustíveis através do cartão-combustível (cartão magnético ou chip) permite um maior controle da frota e abastecimento em ampla rede de postos em todo Estado;
- e) Nesse modelo de contratação, a localização da rede credenciada permite o abastecimento em vários postos no âmbito municipal, intermunicipal, interestadual facilitando a logística no atendimento da demanda da Câmara Municipal;
- f) Dentre as soluções disponíveis no mercado para o atendimento da necessidade verificada, a contratação de serviços de gerenciamento de sistema informatizado e integrado para abastecimento de combustíveis através do cartão-combustível é **a solução mais vantajosa para a Administração**, obedecidas as especificações informadas no item 3. DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO deste ETP;
- g) Cabe ao Setor de Compra a realização de levantamento de mercado para saber quais são as empresas existentes e que poderiam atender aos requisitos estabelecidos nesse estudo, de modo a alcançar a economicidade, eficácia, eficiência e atender à necessidade da contratação.

6- ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO		* Item OBRIGATÓRIO
Inciso VI, art. 18, Lei 14.133/21	VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;	

- a) A estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, tendo por base a QUANTIDADE ESTIMADA e das MEMÓRIAS DE CÁLCULO apresentadas no item 4 deste ETP, constarão de anexo após a pesquisa de preços de mercado a ser realizada pelo Setor de Compras, setor competente previsto na estrutura administrativa do Poder Legislativo;
- b) Para início do procedimento, o valor estimado da contratação a ser definido pelo Setor de Compras, tem por base as informações e especificações da Tabela 4 seguir:

Tabela 4

item	Objeto	Qtde Veículos	Tipo de Combustível	Quantidade Estimada Litros/Mês	Valor Unitário Litro (R\$)	Valor Mensal	Nº de Meses	Valor Total - 12 Meses
A	B	C	D	E	F	G=(ExF)	H	I=(GxH)
1	Serviço de gerenciamento de abastecimento de veículos através de cartão-combustível	1	Gasolina Comum	660	R\$ 6,79	R\$ 4.481,40	12	R\$ 53.776,80
TOTAL		1	-		-	R\$ 4.481,40	-	R\$ 53.776,80

- c) O valor estimado para a contratação será o valor informado na Tabela 4, acrescido do valor da **Taxa de Administração (%)** proposto pela interessada;

- d) O percentual da Taxa de Administração proposto pela interessada será fixo e irrevogável durante o período da contratação e **incidirá** separadamente sobre a fatura do serviço com base na tabela 4;
- e) A Contratada obrigará-se a executar os serviços pela Taxa de Administração (%) resultante da proposta vencedora, na qual deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios e despesas indiretas (BDI) e demais despesas de qualquer natureza;
- f) O Preço total, em algarismos, apurado à data de sua apresentação, expresso em moeda corrente nacional, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com a integral execução do objeto da presente licitação;
- g) Para efeito de julgamento das propostas será aceita também a oferta de Taxa de Administração **menor ou igual a 0 (ZERO)**, sendo que a taxa negativa será interpretada como percentual de **desconto** sobre o valor total anual estimado com gasto de combustíveis;
- h) O valor do litro informado na Tabela 4 é baseado em consulta realizada em 05/04/23 ao portal da Agência Nacional de Petróleo (ANP), vigente no período de **26/03/23 a 01/04/23** e disponibilizado no sítio [www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br);
- i) Em consulta a ANP, foi observado que não existe pesquisa de preços específica sobre o município de Carapebus, assim como Quissamã e Conceição de Macabu, que junto com Macaé integram a microrregião de Macaé, Campos dos Goitacazes, Rio das Ostras a qual o município de Carapebus está inserido;
- j) A análise aos valores dos combustíveis apurados nos municípios circunvizinhos, com base Síntese dos Preços Praticados divulgada mensalmente pela ANP, é apresentada na Tabela 5 a seguir:

Tabela 5

Município	Distância Média em Km de Carapebus (sede à sede)	Combustível	Valor Mínimo (Tabela ANP E CIDADE)	Valor Médio Litro (Tabela ANP E CIDADE)	Valor Máximo Litro (Tabela ANP E CIDADE)
Carapebus	0 km	Gasolina Comum	R\$ 6,79	R\$ 6,79	R\$ 6,79
		Álcool	R\$ 5,29	R\$ 5,29	R\$ 5,29
Quissamã	25 km	Gasolina Comum	Inexistente	Inexistente	Inexistente
		Álcool	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Conceição de Macabu	27,8 km	Gasolina Comum	Inexistente	Inexistente	Inexistente
		Álcool	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Macaé	25 km	Gasolina Comum	R\$ 6,17	R\$ 6,49	R\$ 6,49
		Álcool	R\$ 4,49	R\$ 5,29	R\$ 5,29
Campos dos Goitacazes	85,3 k	Gasolina Comum	R\$ 6,10	R\$ 6,21	R\$ 6,25
		Etanol	R\$ 4,50	R\$ 4,66	R\$ 4,66
Rio das Ostras	57,3 km	Gasolina Comum	R\$ 6,30	R\$ 6,50	R\$ 6,50
		Etanol	R\$ 4,10	R\$ 4,50	R\$ 4,50

Fonte: ANP (período de 02/01/2026 a 03/02/2026) – consulta em 03/02/2026



- l) Sob pena de restar fracassado o procedimento licitatório, a Administração Pública definiu o valor máximo aceitável para a contratação, o preço máximo praticado no município de Macaé-RJ;
- m) Diante da singularidade do objeto, marcado pelas constantes elevações nos preços dos combustíveis realizados no mercado nacional e que segundo a Petrobrás, os valores praticados tem como referência os preços de paridade de importação e, desta maneira acompanham as variações do valor do produto no mercado internacional e da taxa de câmbio, para cima e para baixo, **poderá ocorrer alteração do contrato e dos preços, no que couber, na forma prevista nos artigos 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021;**
- n) Diante da escolha da melhor solução para a contratação e a análise de sua viabilidade, o orçamento estimativo final para a contratação será realizado conforme as diretrizes prevista na Lei Federal nº 14.133/21 e será anexado posteriormente ao processo (análise dos orçamentos, mapa comparativo, cronograma físico-financeiro e demais documentos comprobatórios da pesquisa realizada).

7- <u>DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO</u>		Item	NÃO
		OBRIGATÓRIO	
Inciso VII, art. 18, Lei 14.133/21	VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;		

- a) A solução escolhida com todos os elementos para que a contratação produza os resultados pretendidos pela administração, visa resolver o problema do abastecimento e gestão de veículos da Câmara Municipal;
- b) O serviço de gerenciamento de sistema informatizado e integrado para abastecimento de combustíveis através do cartão-combustível, permitirá a disponibilização e operação de sistema integrado de gerenciamento das despesas e informações dos veículos, com captura eletrônica instantânea das transações de consumo, além do fornecimento de aplicativo gerencial para a efetiva gestão e controle, com identificação da localização do veículo e do condutor no momento da operação;
- c) A decisão da escolha por este modelo de contratação considera as vantagens decorrentes da melhor gestão e controle das despesas com a frota de veículos, gerando expectativas de redução de custos que envolvam abastecimento de veículos e monitoramento da frota, por meio de relatórios gerenciais e da possibilidade de definir parâmetros de utilização e restrições diferenciadas, relacionadas aos veículos e usuários.
- d) Os Relatórios de abastecimento deverão apresentar no mínimo as informações a seguir:
- Nome do posto de combustível
  - Placa do veículo
  - Data e hora
  - Litros
  - KM e Média
  - Valor abastecimento
  - Nome do motorista
  - Nº da autorização de venda



8- <u>JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO</u>		<u>* Item OBRIGATÓRIO</u>
Inciso VIII, art. 18, Lei 14.133/21	VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;	

- a) O parcelamento da solução NÃO se aplica ao objeto da contratação.
- b) O objeto NÃO é composto por itens divisíveis, de acordo com suas características técnicas e peculiaridades de mercado.
- c) Dessa forma, é evidente que o parcelamento do objeto não faz parte do conjunto da solução proposta, uma vez que não permite o gerenciamento dos serviços a serem contratados e prestados por mais de uma empresa.
- d) Eventual divisão do objeto por itens pode acarretar prejuízo para o conjunto da solução, especialmente com a dificuldades de gerenciamento da frota por diferentes empresas.
- c) A decisão acerca do critério de adjudicação do objeto deverá ser pelo preço GLOBAL, aferido pela aplicação da menor Taxa de Administração, com a devida ressalva para o item 6. g) deste ETP.

9- <u>DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS</u>		<u>Item NÃO OBRIGATÓRIO</u>
Inciso IX, art. 18, Lei 14.133/21	IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;	

- a) Os resultados pretendidos com a contratação dos serviços trarão benefícios à Administração, com a otimização dos serviços, maior eficiência e efetividade.
- b) A solução a ser contratada visa ainda atingir os resultados a seguir:
  - 1. Flexibilidade do sistema de abastecimento, facilitando o acesso a uma rede ampla;
  - 2. Simplificação dos procedimentos e das rotinas de controle dos abastecimentos, permanecendo o sistema informatizado e proporcionando agilidade nos procedimentos;
  - 3. Obtenção de informações da frota em tempo hábil, via Internet, para tomada de decisões corretivas;
  - 4. Modernização dos controles, precisão das informações e redução do tempo de compilação e análise de dados;
  - 5. Evolução e consonância com a visão de futuro da organização na modernidade e eficiência no cumprimento de suas atribuições adotando essa contratação como importante instrumento gerencial e operacional;
  - 6. Otimização da Aplicação de recursos Públicos;
  - 7. Maior distribuição com credenciamento de maior número de fornecedores possíveis à Administração Pública;
  - 8. Aplicação de princípios de economicidade e eficiência.

10- <u>PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO</u>		Item	NÃO
		OBRIGATÓRIO	
Inciso X, art. 18, Lei 14.133/21	X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;		

- a) As providências prévias e as etapas necessárias para a implantação do sistema de gerenciamento e fornecimento de combustíveis serão realizadas em obediência ao **cronograma das etapas** previstos neste item;
- b) A Contratada deverá iniciar o início efetivo do abastecimento no prazo máximo de até **10 (dez) dias úteis**, contados a partir do recebimento da **Ordem de Serviço**, conforme previsto no item 10, d), 1 do presente ETP;

c) **DO CRONOGRAMA DAS ETAPAS**

1. As etapas necessárias para a execução do serviço, incluindo a escolha da vencedora, implantação, cadastramento, treinamento e início do abastecimento, estão apresentadas através do cronograma de etapas a seguir, cujos prazos são contados a partir do recebimento de documento de classificação à empresa detentora do melhor preço, provisoriamente classificada em primeiro lugar:

Cronograma de Etapas

ETAPAS		PRAZO PREVISTO	Até 5 dias úteis	Até 5 dias úteis	Até 5 dias úteis	Até 5 dias úteis
		PRAZO ACUMULADO	Até 5 dias úteis	Até 10 dias úteis	Até 15 dias úteis	Até 20 dias úteis
0	Câmara - Convocação da empresa vencedora, para assinatura de contrato	-	X			
1	<b>Câmara - Emissão de Ordem de Serviço à empresa vencedora</b>		X			
2	Início da execução contratual.		X			
3	Contratada - Cadastramento dos veículos da Câmara.				X	
4	Contratada - Treinamento dos condutores e gestores.				X	
5	Contratada - Fornecimento dos cartões para os veículos.				X	
6	Início efetivo do abastecimento.					X

2. As etapas previstas no cronograma poderão ser prorrogadas por solicitação expressa da contratante, mediante justificativa, com o devido aceite pela Administração Pública visando o interesse público.

11- <u>CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES</u>		Item	NÃO
		OBRIGATÓRIO	
Inciso XI, art. 18, Lei 14.133/21	XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;		

- a) NÃO aplicável ao objeto da contratação.



<b>12- IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS</b>		<b>Item NÃO OBRIGATÓRIO</b>
Inciso XII, art. 18, Lei 14.133/21	XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;	

- a) NÃO aplicável ao objeto da contratação.
- b) Inexistem riscos ambientais decorrentes dessa contratação, considerando que a rede de postos credenciadas pela licitante vencedora, obrigatoriamente devem estar em conformidade com as normas pertinentes a atividade de distribuição e revenda de combustível e que estejam em situação regular junto a ANP.

<b>13- POSICIONAMENTO CONCLUSIVO PARA CONTRATAÇÃO</b>		<b>* Item OBRIGATÓRIO</b>
Inciso XIII, art. 18, Lei 14.133/21	XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.	

O presente estudo indica que a contratação de serviços de gerenciamento de sistema informatizado e integrado para abastecimento de combustíveis através do ticket-combustível (cartão magnético com chip) para atender a frota de veículos é perfeitamente viável e que maximiza a probabilidade do alcance dos resultados pretendidos.

Existe compatibilidade orçamentária entre a LOA, LDO e PPA, sendo as despesas decorrentes das obrigações a serem assumidas de fontes próprias e correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária do Exercício Financeiro de 2023:

. FICHA ORÇAMENTÁRIA Nº: 15

. PROGRAMA DE TRABALHO Nº: 01.001.000.122.2.804.

. NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

. FONTE: 1500

Diante do exposto, declaramos ser VIÁVEL a contratação da solução pretendida, com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Estado do Rio de Janeiro, Carapebus, em 03 de fevereiro de 2026.

Ana Virgínia Luna  
Chefe Gabinete  
Mat: 870

Tiago Azevedo de  
Mendonça Gomes  
Gerente Administrativo  
Mat.: 813

Wellington de Melo  
Pereira  
Assessor de Manutenção e  
Conservação  
Mat.: 864

